

MOVIMENTO NEGRO E EDUCAÇÃO: DIMENSÃO HISTÓRICA E PROPOSIÇÕES PEDAGÓGICAS

Ivan Costa Lima ¹

RESUMO

Os conhecimentos desse artigo têm por objetivo preencher uma lacuna na formação dos educadores/as, no que se refere ao papel do Movimento Negro no Brasil sua ação social, política e educacional. A partir de uma abordagem bibliográfica e da história oral apresenta-se breve panorama desse movimento social. Acentua-se, seu caráter educador no conhecimento das propostas pedagógicas elaboradas como estratégias de combate ao racismo para os sistemas de ensino. Considera-se que as ações empreendidas pelo Movimento Negro se mostram relevantes em modificar os preconceitos em torno desse movimento social e suas lutas por emancipação.

Palavras-chave: Movimento Negro, Educação e relações raciais, Movimento social, Pedagogias.

INTRODUÇÃO

O artigo pretende ser uma contribuição ao processo de formação dos educadores/as, que devem lidar com as relações raciais no Brasil. Considera-se que, os conhecimentos trabalhados são relevantes para a população negra, mas, também para toda a sociedade, notadamente pelo desconhecimento da ação educadora exercida pelo Movimento Negro brasileiro, em especial pela história da educação.

Esse debate está alicerçado pelas mudanças da Lei e Diretrizes de Base da Educação Nacional (LDB), em especial no que se refere a Educação das Relações Étnico-Raciais (BRASIL, 2009), que determina a história e a cultura africana e afro-brasileira nos sistemas de ensino público e privado. Essa base legislativa coloca em evidência para a comunidade escolar – professores/as, alunos/as, gestores e funcionários – diferentes desafios para sua efetivação de maneira consistente e transformadora.

Dentre eles, a ação social, política e educacional do Movimento Negro brasileiro, de forma a se desvelar suas proposições ao longo de nossa história que culmina, para além da denúncia do racismo, em pedagogias que convidamos os educadores/as a conhecerem.

Para tanto, a partir de uma abordagem bibliográfica que “[...] possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras

¹ Doutor em Educação Brasileira. Professor adjunto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab, Ceará. E-mail:dofonosc@gmail.com.

publicações [...]” (GIL, 1994, p. 21), fazer uma reflexão crítica sobre este conhecimento para a ação profissional em Educação. Utilizamos também a história oral (MEIHY, 2002) que contribui para traçar os caminhos construídos por sujeitos, que atuaram na militância negra, na perspectiva de construir proposições para alterar o cotidiano escolar.

Com isso, apresenta-se a constituição, no século XX, da Pedagogia Interétnica desenvolvida na década de 1970 na cidade de Salvador, a partir da articulação do Núcleo Cultural Afro-Brasileiro (LIMA, 2017). Nos anos de 1980, a elaboração da Pedagogia Multirracial na cidade do Rio de Janeiro por Maria José Lopes da Silva, e um conjunto de educadoras. No início do século XXI, a sistematização da Pedagogia Multirracial e Popular pelo Núcleo de Estudos Negros de Florianópolis (SC) (LIMA, 2021), que retoma a proposição carioca, complementada com a vivência da população negra brasileira para as mudanças nos programas que informam os sistemas de ensino (LIMA, 2009).

Esses trajetos históricos colocam em evidência que, as ações empreendidas pelo Movimento Negro, se mostram relevantes em modificar os preconceitos em torno desse movimento social, e suas lutas por emancipação em torno do conhecimento do pensamento de base africana e da população negra no Brasil.

Movimento negro no Brasil: trajetos históricos

O Movimento Negro é um dos movimentos sociais do Brasil. Existem alguns estudos que buscam conceituar o movimento social como expressão do poder da sociedade civil (GOHN, 2013), entendida como aquela mobilizada para a defesa de interesses sociais, que busca discutir uma identidade coletiva para criar ações e demandas de transformação social e política de nossa sociedade. Conforme explicita o autor abaixo, o Movimento Negro:

Na sua fase atual, pode ser considerado um conjunto de grupos, institucionalizados ou não, compostos por indivíduos que se reconhecem como negros/as, que se organizam com objetivos culturais, políticos, religiosos ou acadêmicos, com vistas a combater o racismo, o preconceito e a discriminação racial (ADÃO, 2003, p. 49)

Tais organizações apresentam para a sociedade brasileira a necessidade do debate sobre os mecanismos e as práticas discriminatórias em vários campos do tecido social, entre eles o educacional, apresentando diversas maneiras de intervenção social trazendo para o debate público as relações raciais, a afirmação de sua identidade e da releitura da história da população negra no Brasil (GONÇALVES & SILVA, 2000).

Ao problematizar as desigualdades existentes entre brancos/as e negros/as (GONZALEZ & HANSENBALG, 1987) o movimento rejeita o ponto de vista biológico, pois, já não se pode falar em raça pensando-se apenas nas características físicas dos seres humanos. No entanto, em termos de relações sociais, percebemos que muitas das características atribuídas aos negros/as e, outras populações discriminadas, permanecem em nosso imaginário. Essa percepção traz para o debate social e educacional a permanência da discussão sobre raça. Portanto, é necessário enfatizar a utilização dessa categoria de forma redimensionada, sendo politizada pelo Movimento Negro, como salienta o trecho seguinte:

Ao ressignificar a raça, o movimento negro indaga a própria história do Brasil e da população negra em nosso país, constrói novos enunciados e instrumentos teóricos, ideológicos, políticos e analíticos para explicar como o racismo brasileiro opera não somente na estrutura do Estado, mas também na vida cotidiana das suas próprias vítimas (GOMES, 2012, p. 723).

Fica evidente que o uso da noção de raça se constitui historicamente e culturalmente, de acordo com as relações que se estabelecem entre grupos sociais, que se diferenciam por diferentes marcadores.

A partir disso, situamos que o artigo é um recorte de alguns momentos dentro do processo histórico, apresentando as lutas coletivas da população negra.

Iniciamos olhando a colonização tendo a luta mais conhecidas as comunidades quilombolas. Tais espaços serviam de refúgio para aqueles que se rebelaram contra a violência da escravidão, ocuparam terras de difícil acesso e reorganizaram a sua vida em liberdade baseado na herança cultural africana (CUNHA JR, 2006). Ressalta-se que diferentemente do que apregoa no Brasil, que os quilombos são frutos da experiência organizativa já existentes no continente africano, em especial a partir da expansão bantu (MUNANGA, 1996), com especial atenção ao quilombo de Palmares, que resistiu por mais de cem anos ao processod e estuição (FREITAS, 1973).

Na esteira dos séculos XVIII e XIX têm-se várias rebeliões como expressão da resistência negra, cuja importância tem sido minimizada. A exemplo, na Bahia a Revolta dos Malês (1835), a Balaiada (1838), a Conjuração Baiana (1798) entre outras em diferentes estados. Assim, registra-se a presença de negros/as que viam na Independência uma luta contra os privilégios dos brancos, movimentos que foram sufocados com severa punição aos seus e suas participantes, figuras como Luiza Mahin, Manoel Francisco dos Anjos, Maria Firmina e tantas outras, ainda poucas estudadas (AMARAL, 2011).

Outra referência no meio urbano, são as irmandades negras católicas que desempenharam um importante papel no processo de combate ao escravismo. As irmandades funcionaram como associações de assistência e de ajuda material na compra de alforrias, no processo educativo da população negra e na garantia de assistência na velhice e na doença. Formou-se, a partir delas, o embrião do que seriam as organizações negras combativas que dominaram a primeira metade do século XX (QUINTÃO, 2002). Paralelamente, e em estreita colaboração com aquelas, temos os terreiros de matrizes africanas, em especial o candomblé, caracterizado pelo culto aos orixás², inquices³ ou voduns⁴, de acordo com os diferentes povos aqui introduzidos do continente africano.

No início do século XX, registra-se o nascimento da chamada imprensa negra, com o surgimento de jornais escritos por negros/as, notadamente em São Paulo, como o Menelike, o Kosmos, A Liberdade, Auriverde, e o Patrocínio. Em 1920, nascia O Getulino, fundado por Lino Guedes, para tratar de assuntos de interesse da comunidade afro campineira. O Clarim d'Alvorada, fundado por Jose Correia Leite e Jayme de Aguiar em 1924, que denunciava o racismo e a violência policial (LEITE, 1992).

Nesse período, surgiram vários clubes de lazer, dançantes e esportivos, constituídos por negros/as que, mesmo não explicitando abertamente uma ação política, demonstravam o caráter discriminatório da sociedade brasileira. Tendo em vista, que os negros/as eram impedidos de frequentar os clubes brancos, resultando em espaços de socialização e preocupações educativas direcionadas à população negra.

Outra iniciativa importante, entre as décadas de 1940 e 1960, foi o surgimento do Teatro Experimental do Negro/TEN. Sob a liderança de Abdias do Nascimento, que articulava participação política, artística e educacional, ele nasceu para contestar essa discriminação, formar atores e dramaturgos afro-brasileiros e resgatar uma tradição cultural cujo valor foi sempre relegado ao ridículo pelos nossos padrões culturais (NASCIMENTO, 2009).

Nos anos setenta do século XX, novo impulso é dado pelo surgimento do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNCDR), em 1978, na cidade de São Paulo, constituído a partir de um ato de protesto pelas mortes dos trabalhadores Robson Silveira da Luz, em Guaianazes/SP, e de Newton Lourenço no bairro da Lapa, pela polícia, o que colocará o debate racial como tema político e social de maneira mais ampla (MNU, 1988).

² Orixás se referem as divindades atribuídas aos povos chamados nagôs (LOPES, 2021).

³ Inquices divindades africanas atribuídas aos povos denominados bantus (LOPES, 2021).

⁴ Voduns divindades atribuídas aos dos povos considerados jeje (SILVA, 1994).

Registra-se, ainda, nesse século, a retomada dos movimentos sociais, a partir dos anos 1970, que abre caminhos para que, nos anos 1980, se estruturam uma grande mobilização do Movimento Negro de norte a sul do país, em questionar os mecanismos de discriminação, que levam à reprodução das desigualdades na sociedade brasileira. O advento de organizações de caráter nacional, como o Grupo de União e Consciência (Grucon), o Movimento Negro Unificado, as Pastorais do Negro, possibilitou a diversificação das linhas de ação junto às instituições políticas e governamentais, como partidos, sindicatos, igrejas, universidade, envidando esforços para a ocupação de cargos públicos e eletivos. A construção de fóruns de entidades negras locais e nacionais leva as tentativas de unificação da militância negra como, por exemplo, a Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen), retomando o debate da unidade na diversidade (DOMINGUES, 2007).

No início do século XXI, essa trajetória de luta começa a gerar, para o conjunto da população negra brasileira, algumas medidas democráticas, por parte de instituições públicas e privadas, que visam reparar os danos causados pelo racismo. É o caso das Ações Afirmativas, com a constituição de cotas nas Instituições de Ensino Superior e no serviço público. Outra iniciativa, é a lei que estabelece o ensino da história e cultura dos afro-brasileiros nos sistemas de ensino e a criação, com todas as dificuldades, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, bem como do surgimento da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), cujo foco se direciona a fortalecer o ensino, a pesquisa e extensão no âmbito do ensino superior e tecnológico, numa concepção direcionada ao enfrentamento do racismo e preconceito no âmbito da academia (SANTANA, COELHO & CARDOSO, 2014).

Com isso, a Educação toma uma dimensão importante para contribuir nos processos de emancipação da população negra brasileira. Cumpre-se alertar que, as discussões que envolvem a Educação das Relações étnico-raciais não podem ser exclusivas aos estudiosos do tema ou do Movimento Negro (SILVA & BARBOSA, 1997), têm que ser compromisso do conjunto das instituições educacionais em diferentes setores. De forma a se comprometer com a organização curricular, métodos e práticas educativas direcionadas a superação das desigualdades raciais existentes, como bem situa as Diretrizes curriculares sobre a educação para as relações étnico-raciais (BRASIL, 2004, p. 238): “A luta pela superação do racismo e da discriminação racial é, pois, **tarefa de todo e qualquer educador, independentemente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política**” (grifo nosso), cabendo ao conjunto de sujeitos preocupados com o tema atuarem para este enfrentamento nos sistemas de ensino de forma integrada.

De fato, na contemporaneidade observa-se um debate significado de diferentes abordagens no questionamento do papel da universidade quando se refere a incorporar as demandas dos movimentos sociais, no ensino, na pesquisa e na extensão. Entre eles a discussão sobre pós-colonialismo e decolonialidade que pretendem problematizar o impacto da colonização nas estruturas sociais.

Como não podemos aprofundar aqui estes conceitos, argumento, de maneira inicial, que independente das escolhas teóricas para o debater as modificações nas diretrizes curriculares, torna-se necessário que as ações, os conteúdos e o saber-fazer acadêmico se comprometa em alterar o processo educativo de forma complexa e diversa daquilo que foi estabelecido pelos cânones de uma matriz ainda centrada nos conhecimentos produzidos pela hegemonia ocidental. O que significa, o reconhecimento do Movimento Negro brasileiro produtor de uma dinâmica educativa que ensina e produz pedagogias antirracistas (GOMES, 2017).

Desta forma, é que trazemos para alcançar esse objetivo conhecer que o Movimento Negro tem sido promotor de saberes e de proposições pedagógicas para modificar o ensino e aprendizagem dentro dos sistemas de ensino, como apresentamos a seguir.

A Pedagogia Interétnica (PI) em Salvador década de 1970

A trajetória de constituição desta Pedagogia Interétnica tem como principais interlocutores os sociólogos: Manoel de Almeida Cruz (1950-2004) e José Lino Alves de Almeida (1958-2006), que integraram o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro (NCAB), organização responsável, em diferentes momentos, pelas bases de constituição dessa proposição, o processo mais amplo pode ser conhecido no livro de Lima (2017).

O NCAB surgiu em 1º de agosto de 1974, segundo seus fundadores, foi à primeira organização do Movimento Negro na Bahia, numa perspectiva de ação política, no questionamento da situação dos negros em Salvador, tendo em vista os vários espaços de mobilização de seus vários membros. O espaço que propiciava o desenvolvimento do debate de outra forma de ação política, num momento de repressão, foi encontrado junto ao Centro Cultural Brasil– Alemanha, o Instituto Goethe.

A perspectiva do NCAB, como organização de tipo novo, era uma releitura da herança africana, diferenciando-se do que os setores hegemônicos da sociedade baiana e da academia entendiam sobre a cultura afro-brasileira. Seus membros tinham grande preocupação em tematizar às relações raciais, a partir da crítica da “democracia racial” e da naturalização do lugar do negro na sociedade brasileira. Esta crítica era alicerçada não apenas

pela luta cultural, mas pela via do conhecimento científico e da trajetória de vida cada um dos seus membros, como também “[...] em face de uma necessidade que nós tínhamos de formularmos uma teoria que desse resposta a esse processo de alienação e de exclusão que o negro vivenciava na estrutura educacional brasileira” (LIMA, 2017, p. 93).

Com isso, a construção da Pedagogia Interétnica se deu a partir dos acúmulos das ações promovidas pelo NCAB, que nominava sua teoria como educação interétnica. A mudança para pedagogia ocorreu pela percepção dos integrantes do NCAB, de que falar em educação seria muito abrangente. Destaca-se uma pesquisa sobre o preconceito racial contra o negro desenvolvida na cidade de Salvador, no ano de 1975, como base para a formulação de um sistema de educação interétnica. Neste sentido, estes argumentos colocaram o debate educacional não só como causa, mas, também, como resposta ao desafio do combate ao racismo.

Em 1985, realizou-se o I Seminário de Pedagogia Interétnica, cujo programa trouxe os objetivos da então chamada PI, que aglutinava a pesquisa do etnocentrismo e a transmissão destes valores pelo processo educacional. A novidade era a elaboração de maneira sucinta, da estrutura básica dos cinco pilares da PI, de métodos recomendados de combate ao racismo, procedimentos metodológicos e a concepção da necessidade de construção de um currículo baseado nos valores e na cultura dos grupos étnicos dominados, assentado na questão da educação do negro e na questão da educação do índio.

A partir destes processos de atuação do NCAB tem-se o lançamento do livro: *Alternativas para combater o racismo: um estudo sobre o preconceito racial e o racismo, uma proposta de intervenção científica para eliminá-los*, em 1989, escrito e editado por Manoel de Almeida Cruz. Essa obra sistematizou os referenciais teóricos da PI, e aglutinou o que já havia sido desenvolvido nos seminários anteriores e na divulgação da proposta pedagógica em vários encontros pelo Brasil. A estratégia apresentada, de disseminação da PI estava estruturada a partir da utilização de aspectos que assim se apresentam:

- **Psicológico** – estuda os complexos de inferioridade da pessoa negra, o de superioridade da pessoa branca e o processo de auto rejeição do negro, além de indicar medidas teóricas e práticas de caráter psicoterapêutico, visando à mudança de atitudes preconceituosas contra o negro em nossa sociedade.
- **Histórico** – investiga as raízes históricas do preconceito racial e os fatores que levaram este ou aquele grupo étnico a se desenvolver mais do que outro, além de propor uma revisão crítica da historiografia do negro brasileiro.
- **Sociológico** - estuda a situação socioeconômica do negro em nossa sociedade, investigando as causas histórico-sociológicas que determinaram a sua marginalização na estrutura social estabelecida.

- **Axiológico** – discute a dominação a partir da imposição de valores estéticos, filosóficos e religiosos de um povo sobre outro e, assim, fornece subsídios para corrigir essas distorções provocadas pela dominação dos valores ocidentais sobre os demais grupos étnicos do País e no Mundo.
- **Antropobiológico** – analisa as “teorias” pseudocientíficas da superioridade racial, desmistificando-as de acordo com as pesquisas da Antropologia atual. (CRUZ, 1989 *apud* LIMA, 2017, p. 85).

Para dar conta destes conhecimentos vai propor como didática interétnica uma postura de natureza crítica e emancipatória, tendo como metodologia o ensino/pesquisa, de caráter participativo tendo como foco a transformação social. Portanto, vai apontar como conteúdo, entre outros, para a didática do negro: “pesquisar a partir da África os vários grupos que aqui chegaram, a exemplo dos yorubás, haussás, congos, angolas, tapas e outros”, assim como “estudar a história dos grandes reinos africanos no período que antecede ao tráfico de escravos” (CRUZ, 1989, p. 97). É interessante observar que esses conteúdos são reivindicações há muito tempo protagonizadas pelo movimento negro no Brasil que, notadamente, apenas no século XXI, transformam-se em políticas públicas para os sistemas de ensino⁵.

Por fim, nota-se como maior preocupação o caráter de intervenção no processo educativo, já que a PI se apresentou como resposta científica no combate ao racismo dentro desses espaços, com isso pretendia-se intervir em todas as esferas do processo educativo, do currículo até a formação de professor/a. Foi esse caráter de intervenção que levou a PI a buscar outros espaços educativos⁶ a fim de afirmar as suas bases teórico-metodológicas, numa conjuntura em que a legislação educacional foi abrindo brechas para a cultura afro-brasileira.

A Pedagogia Multirracial no Rio de Janeiro nos anos 1980

Para a compreensão do processo de elaboração da Pedagogia Multirracial contamos com a interlocução da professora e ativista do Movimento negro Maria José Lopes da Silva (1950-2009), que sistematizou essa proposição, antes de sua morte no Rio de Janeiro. Foi mestre em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e educadora das redes municipal e estadual de ensino. Foi personalidade marcante em toda a década de 1980 e 1990

⁵ Aqui se refere aos debates em torno de leis estaduais e federais que determinam estudos acerca da África e de seus descendentes, bem como de debates em torno de políticas de ação afirmativa no Brasil.

⁶ Aqui se refere ao processo de implementação da PI na Escola Criativa Olodum, ligada ao Bloco Cultural Olodum, em 1993 e na Escola Municipal Alexandrina dos Santos Pita, em 1994. Esse processo encontra-se detalhado em Lima (2017).

nas ações de discussão do combate ao racismo nas redes de educação do estado e município do Rio de Janeiro. Iniciando no ensino da arte, como forma de problematizar o debate racial, articulando com dimensões políticas e sociais para a produção da pedagogia em tela.

No cenário carioca, Maria José da Silva identificava um conjunto de trabalhos, que chegou em suas mãos, debatendo sobre a realidade dos negros/as no Brasil. Assim como, de movimentos e espaços que contribuíram para formação de uma consciência crítica, que foi abrindo caminhos, desde os anos de 1970, para a necessidade de uma ação mais qualificada sobre as relações raciais no Brasil.

Percebe-se, existir, uma mobilização negra nos anos de 1970, no sentido de reconfigurar a luta antirracista em outros termos, onde a educação aparece como um eixo norteador. Maria José estava na confluência destes eventos, que buscava afirmar o movimento negro como força social, desembocando na década seguinte na proposição da Pedagogia multirracial, por diferentes processos.

Para ela, uma das dificuldades mais sérias, residia sobre a realidade educacional brasileira, era a ausência de subsídios para desencadear tal discussão entre os/as professores/as. Procurou chamar a atenção daqueles/as, tendo em vista que “a cultura assim reproduzida é a cultura dos grupos privilegiados, branca e eurocêntrica, o êxito escolar será função do capital humano adquirido por meio de uma pedagogia implícita” (SILVA, 1997, p.53), portanto, na elaboração da Pedagogia Multirracial chamava a atenção para a necessidade de evidenciar o pertencimento racial como dado fundamental na análise do debate sobre o fracasso escolar:

Assim, destacamos como primeira preocupação nessa construção à sua prática profissional, de forma a fazê-la perceber no espaço da escola uma trajetória de exclusão e elevada reprovação de alunos/as negros/as, e em consequência a falta de discussão sobre essas questões e as relações raciais.

O segundo elemento de base para a pedagogia, foi a partir da experiência pessoal, enquanto aluna negra no ensino particular, lugar de pouquíssimo ou nenhuma presença negra naquele momento no Rio de Janeiro. Esta vivência de ser “rigorosamente vista, observada, eu não era acalentada, eu não era acarinhada, eu nunca tomei um carinho de uma professora” (LIMA, 2021, p.94) contribui para pensar em mudanças no currículo e na escola em relação aos negros/as.

O terceiro elemento que completa esse processo de elaboração, é a politização a partir da participação partidária de esquerda e na militância negra, e a experiência educacional nos países em processo de descolonização da África, como Angola e Moçambique. Processo que

alimenta a discussão, no dizer de Fanon (1979), sobre o estatuto colonial, e sua consequência no projeto de libertação.

Assim argumenta que o compromisso com as classes trabalhadoras, de onde vem a maioria dos alunos da escola pública, obriga a explicitar os mecanismos de que se valem os donos do poder para mascarar a discriminação racial, quando pretendem vincular emprego e escola de modo imediato.

Alicerçada por todas estas referências a pedagogia multirracial aponta como pontos fundamentais para seu desenvolvimento, combater a democracia racial⁷, ter a escola como um espaço de superação das desigualdades raciais, seja do ponto de vista de seus conteúdos, das metodologias educacionais até aos processos de avaliação.

A Pedagogia Multirracial implica, portanto: “Trabalhar o patrimônio cultural e histórico dos grupos étnicos excluídos numa perspectiva transdisciplinar, ou seja, em cada um dos componentes curriculares, pois é através do universo simbólico que a escola mantém os valores racistas da sociedade abrangente” (LIMA, 2021, p. 108). A Pedagogia Multirracial em seu desenvolvimento vai indicar a necessidade de se trabalhar na construção da identidade do brasileiro, com especial atenção ao patrimônio cultural e histórico alicerçados em padrões civilizatórios africanos.

É de fundamental discutir que os valores africanos de cultura estão presentes tanto na religião, quanto nas artes, na organização social, na história e na visão de mundo dos brasileiros [...] A própria língua que falamos é um português africanizado e/ou um aportuguesamento das línguas e falares africanos (SILVA, 2002, p. 30).

Este aspecto civilizatório é bastante ressaltado nos documentos da Pedagogia Multirracial, tendo em vista que os debates em torno da “cultura nacional” se têm caracterizado pelo recalçamento do processo civilizatório levado a cabo no continente africano. Maria José Silva em seu texto intitulado *As Artes e a Diversidade Étnico-Cultural na Escola Básica* (2005), vai indicar como estruturante a figura de Molefi Asante⁸, seu debate crítico gira na discussão do afrocentrismo, cujo foco é “corrigir o sentido de lugar da pessoa negra e de outro tecemos a crítica do processo e extensão do deslocamento criado pela dominação cultural, econômica, e política pela Europa”(ASANTE, 2009, p. 93).

⁷ A democracia racial aparece como uma ideologia no Brasil que argumenta não existir conflito raciais na sociedade, que se mostra harmônica.

⁸ Molefi Kete Asante é americano, doutor em Comunicação pela Universidade da Califórnia, fundador da teoria afrocentrista.

Assim, para Maria José Silva (2005) interessa como acúmulo fundamental para a pedagogia multirracial pensar este deslocamento, defendido por Asante, como não excludente, mas como reconhecimento do pensamento africano e afro-brasileiro.

Pode-se dizer que este é um processo, mesmo sem estar explicitado, que nos remete a uma dialética cuja centralidade encontra-se em diferentes formas do processo civilizatório africano.

Em 1989, os fundamentos desta proposta minimamente publicados, onde o documento da pedagogia Multirracial apresenta-se em dois grandes tópicos. No primeiro trata dos Fundamentos Teóricos da Pedagogia Multirracial, onde se subdivide em: redação de objetivos e perspectivas, redação dos fundamentos filosóficos e metodológicos, revisão e organização. O segundo tópico destina-se à chamada parte específica. Infelizmente, não foi possível se ter acesso a essas elaborações.

No dizer de Maria José, naquele momento de interlocução, a Pedagogia Multirracial se mostrava como uma proposta datada, considerando-se que não havia sido incorporada de maneira integral nos processos escolares no Rio de Janeiro. Apesar disso, torna-se uma referência para outros lugares, muito especialmente, na cidade de Florianópolis/SC¹³, pelas discussões travadas pelo Núcleo de Estudos Negros (NEN), como veremos a seguir.

A Pedagogia Multirracial e Popular pelo Núcleo de Estudo Negros (NEN)

O estado de Santa Catarina tem sido considerado como sendo, exclusivamente, de matriz europeia. No entanto, apesar disso, a população negra ali se faz presente. Em diferentes regiões do estado registra-se a presença de organizações sociais, políticas e culturais (NEN, 2006).

O Núcleo de Estudos Negros (NEN) é uma organização do movimento negro de Santa Catarina, fundada em 1986 por estudantes universitários, militantes e simpatizantes da luta antirracista de Florianópolis. A interlocução aqui foi feita com os membros da instituição. O NEN procurou se diferenciar de outras organizações, ao propor discutir sobre o papel das instituições públicas como reprodutoras das desigualdades raciais. Inicialmente, o NEN constituiu-se em comissões, que no desenvolvimento de suas ações tornam-se programas, tendo até 2006 três deles: Justiça e Desigualdades Raciais, cujo objetivo é atender as vítimas de violência racial e da capacitação de lideranças comunitárias em direitos humanos e cidadania e operadores jurídicos na busca de instrumentos legais sobre o direito. Mulheres, busca promover políticas públicas na perspectiva de gênero e raça, na implementação de ações no campo da saúde reprodutiva e sexualidade, mercado de trabalho e violência doméstica; e o Programa de

Educação, que objetiva capacitar educadores/as na compreensão das relações raciais na sociedade e nos sistemas de ensino, cuja ação apresentamos.

O programa de Educação, ao longo de sua existência, apresenta para debate a constituição de uma Pedagogia Multirracial e Popular. Essa proposição é alicerçada pelos conhecimentos políticos e educacionais que foram sendo acumulados nas ações da entidade. Desta forma, alimentados pelos debates nacionais, o NEN entre outras organizações do MN propôs, formulou e discutiu frente à realidade catarinense quais as bases para sua atuação, tendo como formulação que, para além de denunciar as práticas racistas e discriminatórias, provocar a execução de políticas públicas para a população negra ao sul do país.

O NEN, no conjunto de seus programas e ações, afirma sua relação com os sistemas de ensino, tomando-os como campo de estudo, reflexão e intervenção. Inicialmente, as intervenções educacionais aconteciam atendendo a demandas isoladas de professores/as, estudantes ou escolas públicas, em momentos específicos, a exemplo das datas comemorativas, o que restringia a atuação apenas aos momentos em que se estava presente na escola. Disso decorre a necessidade de um redirecionamento do NEN para a formação dos professores/as, a produção de materiais didáticos e reformulação curricular.

Para tanto, vai contar com as experiências educativas de seus vários membros, o NEN de posse de diferentes concepções e trajetórias que compunham o programa de educação, reforça os encaminhamentos que consideravam indispensáveis à formulação da pedagogia.

A retomada da argumentação teórica produzida por Maria José Lopes, debates internos a fim de equalizar diferentes concepções de seus membros e da organização como um todo, foram estratégias para a socialização dos acúmulos que foram sendo estabelecidos no processo de formação interna para este exercício de concepção de uma proposta pedagógica. Como situa Passos (2002, p. 37): “[...] o NEN buscou se fundamentar em suas experiências, nas experiências do movimento negro, em estudiosos da temática racial das mais diferentes áreas e na educação”. Ao mesmo tempo, do ponto de vista externo, buscou executar processos coletivos, para o debate das políticas e práticas educacionais direcionadas a população negra. Nessa direção realiza-se, em 2003, o I Encontro Nacional Negro e Educação, cujo tema era “Construindo políticas públicas para a promoção da igualdade racial”, que resultou na elaboração e entrega aos órgãos governamentais de uma carta aberta reivindicando políticas para a população negra. Em 2004, o II Encontro Nacional Negro, Negras e Educação terá como eixo “Educar o Brasil com raça: construindo a pedagogia multirracial e popular”.

A densidade para este debate se dá a partir dos projetos sistemáticos desenvolvidos nas redes municipais de educação, cujo eixo era uma formação baseada em princípios que estavam

em formulação com base na Pedagogia Multirracial e Popular. O foco inicial era problematizar as relações sociais e raciais existentes na escola e apontar possibilidades para o tratamento pedagógico destas, na perspectiva da população negra.

Nesse projeto de formação o NEN tem a preocupação de não ensinar somente os conteúdos curriculares na perspectiva racial e sim, analisar e desconstruir os conteúdos das práticas racistas que na maioria das vezes não são percebidas pelos educadores/as. Exercitar o olhar dos educadores, na tentativa de dar visibilidade, para as relações raciais na sociedade brasileira e principalmente na escola.

O debate se instaura pelo questionamento do pensamento pedagógico clássico, da forma que o sistema educacional reproduz uma ótica de base ocidental, onde reforça a desvalorização e as contribuições das civilizações africanas e indígenas. Diante disto:

Quando o Núcleo de Estudos Negros/NEN insere a denominação Pedagogia Multirracial o termo “Popular”, compromete-se com a construção de uma escola pública que privilegia a história e as culturas das populações que constituem a sociedade brasileira, seus valores, formas de agir e sentir (PASSOS, 2002, p.39).

Isto significa considerar as experiências, saberes e práticas instituídas na vida dos povos oprimidos. Esta percepção é compartilhada por todos os colaboradores, que é ampliada pela discussão de que tal elaboração deveria ser acrescida exatamente dos diferentes acúmulos dentro da própria entidade, sobre isto Joana dos Passos comenta:

Que na verdade a Pedagogia Multirracial e Popular, ela vem sendo gestada pelo Movimento Negro, não especificamente com este nome, porque a gente também assume um nome que Maria José traz, de como ela concebe, e acho que a gente não só assume um nome, assume um conceito da multirracialidade, quando naquele momento, 2000 a grande voga era o multiculturalismo. (LIMA, 2009, p. 258).

Percebe-se que, até este momento, a pedagogia multirracial e popular foi sendo gestada como um processo em busca de respostas e caminhos educativos e políticos. No entanto, não há consensos do ponto de vista de quais suas referências fundamentais, recordo-me de debates onde havia dúvidas sobre a centralidade ou na cultura de matriz africana como apregoado por Maria Jose, ao defender no Rio de Janeiro uma pedagogia centrada na história e cultura africana e da população negra no Brasil.

Dentro do NEN esta definição não se explicita de maneira tão evidente, pois, cada um de seus membros buscou trazer referências que consideravam significantes para dar consistência teórica a esta proposição.

Diante deste conjunto de processos políticos, culturais e sociais a pedagogia Multirracial e Popular elabora princípios político-pedagógicos, dos quais ressaltamos:

1. A luta contra o racismo como um princípio político pedagógico para a democratização da escola e da sociedade brasileira;
2. Reordenar os processos formativos escolares na lógica do direito à cultura, tendo a vida cotidiana como base para o conhecimento curricular;
3. Explicita as contradições sociais, as relações raciais e as desigualdades na sociedade brasileira. (PASSOS, 2012, p. 33).

Indicamos a impossibilidade de discutir aqui cada um destes pontos, pelo limite desse estudo, desta forma, a Pedagogia Multirracial e Popular explicita, ainda, seu caráter inconcluso e dialético de permanente construção. Não porque não seja possível defini-la, ou porque ainda não esteja completamente acabada para ser utilizada, mas porque seus formuladores acreditam que, uma pedagogia é isto, uma construção permanente e inacabada. Na sua avaliação, o processo de combinar processo de escolarização e as iniciativas populares são elementos fundamentais para a construção dos alicerces de uma vontade política traduzida em pedagogia.

Considerações finais

Pretendemos, mesmo que de forma breve, revelar que o Movimento Negro tem sido portador de um pensamento educacional, cujo trajeto histórico vai enfrentar, em seu tempo e espaço diferenciados e singulares desafios.

Pode-se analisar que esses diferentes processos ajudam em discutir os limites do próprio sistema educacional, que por conta de uma dinâmica própria tem dificuldades em absorver outras proposições, que não aquelas hegemônicas e advindas do movimento social como um todo.

Ao considerar as bases de constituição de diferentes projetos, desafia-se os sistemas de ensino, a execução de práticas educativas e investigações, que reflitam sobre as práticas e valores próprios das experiências históricas e contemporâneas dos descendentes de africanos, na elaboração de paradigmas que enfatizem a produção de conhecimentos, oriundos da comunidade negra, na perspectiva de sua emancipação.

Por fim, tem-se aos sistemas de ensino a tarefa de reconhecimento e agência do Movimento Negro em sua dimensão educadora, é que, portanto, as ideias pedagógicas devem compor o acervo de conhecimentos da história da educação no Brasil

REFERÊNCIAS

ADÃO, J. M. Práxis Educativa do Movimento Negro no Estado do Rio Grande do Sul. In: OLIVEIRA, Iolanda; SILVA, Petronilha B. G. (org.). **Identidade negra: pesquisas sobre o Negro e a Educação no Brasil**. São Paulo: Anped/Ação Educativa, 2003.

AMARAL, Sharyse P. **História do negro no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Salvador: Centro de Estudos Afro Orientais, 2011.

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009. (Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira, n. 4).

BRASIL, Ministério da Educação. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2009. Disponível em: [Microsoft Word - PLANO NACIONAL 11052009 final diagIII.doc \(mec.gov.br\)](#). Acesso em: 18/8/2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira**. Brasília: MEC/SECAD, 2004. Disponível em: [Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep \(www.gov.br\)](#). Acesso em: 18/8/2023.

CRUZ, Manoel de Almeida. **Alternativas para combater o racismo: um estudo sobre o preconceito racial e o racismo**. Uma proposta de intervenção científica para eliminá-los. Salvador: do autor, 1989.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. Conceitos e conteúdos nas culturas africanas e afrodescendentes. COSTA, Sylvio G., PEREIRA, Sonia. **Movimentos Sociais, educação popular e escola: a favor da diversidade**. Fortaleza: Editora UFC, 2006.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo** [online]. vol.12, n.23, p.100-122, 2007.

FANON, Franz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FREITAS, Décio. **Palmares: a guerra dos escravos**. Porto Alegre, Movimento, 1973.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações sociais civis no Brasil contemporâneo**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

GONÇALVES, Luiz Alberto; SILVA, Petronilha B. Gonçalves. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**. Set./Out./Nov./Dez., n. 15, p. 151-158, 2000. Disponível em: [artigo8 \(scielo.br\)](http://artigo8.scielo.br). Acesso em: 18/8/2023.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

LEITE, José Correia. **Cuti... E disse o velho militante** José Correia Leite. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

LIMA, Ivan Costa. **História da educação do negro/a no Brasil II: pedagogia multirracial, o pensamento de Maria José Lopes da Silva (RJ)**, Curitiba: Appris, 2021.

LIMA, Ivan Costa. **História da Educação do negro/a no Brasil: Pedagogia Interétnica de Salvador, uma ação de combate ao racismo**. Curitiba: Appris, 2017.

LIMA, Ivan Costa. **As pedagogias do Movimento Negro no Rio de Janeiro e Santa Catarina: implicações políticas e teóricas para a educação brasileira (1970-2000)**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, 2009.

LOPES, Nei. **Bantos, malês e identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MEIHY, José C. Sebe Bom. **Manual de história oral**. 4 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MNU: **1978-1988: 10 anos de luta contra o racismo Movimento Negro Unificado**. São Paulo: Confraria do Livro, 1988.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma L. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2016.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**, n. 28, dez.-fev., p. 56-63, 1995/1996.

NASCIMENTO, Elisa L. **Cultura em movimento: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2009. (Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira, 2).

NEN. Programa de Educação. **Negros em Santa Catarina**. nº 6, Florianópolis: Atilénde, 2006. (Série Pensamento Negro em Educação)

PASSOS, Joana C. Discutindo as relações raciais na estrutura escolar e construindo uma pedagogia multirracial e popular. **NEN. Multiculturalismo e a pedagogia multirracial e popular**. Florianópolis/NEN, nº 8, 2002. (Série Pensamento Negro em Educação).



QUINTÃO, Maria Aparecida. **Irmandades negras**: outro espaço de luta e resistência (São Paulo: 1870-1890). São Paulo: Annablume e FAPESP, 2002.

SANTANA, Moises, COELHO, Wilma de N. B.; CARDOSO, Paulino de J. **O enfrentamento do racismo preconceito no Brasil**: a experiência dos NEABs. Itajaí: Casa Aberta, 2014.

SILVA, Maria Jose Lopes da. As Artes e a Diversidade Étnico-Cultural na Escola Básica. In: MUNANGA Kabengele (org.). **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SILVA, Maria José L. da. Pedagogia multirracial em contraposição à ideologia do branqueamento na educação. In: **NEN**. As ideias racistas, os negros e a educação. Florianópolis,

SILVA, Petronilha B. G. e & BARBOSA, Lucia M. de A. (Org.). **O Pensamento negro em educação no Brasil**: expressões do movimento negro. São Paulo, UFSCar, 1997.

SILVA, Vagner G. **Candomblé e umbanda**: caminhos da devoção brasileira. São Paulo: Ática, 1994.